

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

LETÍCIA SIMÕES SILVA

**GESTÃO ESCOLAR: OLHAR PARA REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (2010-2013)**

MARINGÁ

2014

LETÍCIA SIMÕES SILVA

**GESTÃO ESCOLAR: OLHAR PARA REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA
E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (2010-2013)**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial para a obtenção do grau
de licenciado em pedagogia.

Orientação: Prof.^a Ms. Natalina Francisca
Mezzari Lopes.

MARINGÁ

2014

LETÍCIA SIMÕES SILVA

**GESTÃO ESCOLAR: OLHAR PARA REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA
E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (2010-2013)**

Artigo apresentado à
Universidade Estadual de Maringá
como requisito parcial para obtenção
do Título de Pedagogo, sob a
orientação da Professora Mestre
Natalina Francisca Mezzari Lopes.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms. Natalina Francisca Mezzari Lopes

(Universidade Estadual de Maringá)

Prof.^a Dra Marta Lucia Croce

(Universidade Estadual de Maringá)

Prof. Dr. Francisnaine Priscila Martins de Oliveira

(Universidade Estadual de Maringá)

GESTÃO ESCOLAR: OLHAR PARA REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (2010-2013)

Letícia Simões Silva
leh.simoes@hotmail.com
Natalina Francisca Mezzari Lopes
natalinamezzari@hotmail.com

Resumo: O estudo tem como objetivo compreender como a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE) destaca a temática da gestão escolar por meio de artigos selecionados para a publicação, no período 2010-2013. Ao mesmo tempo, pretende-se verificar a abordagem principal dos artigos que traziam em seu título ou nas palavras-chave a o descritor gestão escolar. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica pautada no princípio do estudo bibliométrico. O texto é composto por um breve histórico da educação nacional com olhar voltado para a gestão; apresenta a RBP AE; analisa as produções da RBP AE no período de 2010–2013; discute a influência dos editores nas publicações da revista; destaca os autores de artigos direcionados para a gestão escolar e, por fim, traz de forma sucinta a ideia principal de cada artigo. Os resultados demonstram a tendência do interesse de discussão da temática por níveis mais elevados de investigação, possibilitando inferir que o interesse está no contexto das discussões políticas relacionadas à qualidade do ensino público.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Gestão Educacional; Gestão Escolar.

Abstract: This study aims to understand how the Brazilian Journal of Educational Policy and Administration - RBP AE, highlights the theme of school management, through selected articles for publication, during 2010-2013. At the same time, it checks the main approach of the articles that brought in its title or the keywords, as a description, the school management. We used the literature guided by the principle of bibliometric study. The text consists of a brief history of the national education with an eye toward management; it shows the RBP AE; it analyzes RBP AE productions in the period 2010 - 2013; it discusses the influence of editors in the publications of the magazine; highlights the authors of articles directed to the school management and, finally, it briefly brings the main idea of each article. The results demonstrate the trend of interest in discussion of the theme by higher levels of research, making possible to infer that the interest is in the context of policy discussions related to the quality of public education.

Keywords: Educational Policy; Educational Management; School Management.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Ficha técnica da RBPAE (2010-213) | 26 |
| Quadro 2 – Autores de artigos com destaque para gestão escolar na RBPAE (2010-213)..... | 27 |
| Quadro 3 – Indicação de artigo e autores que tratam da Gestão Escolar na RBPAE (2010 – 2013)..... | 30 |

LISTA DE SIGLAS

ANPAE: Associação Nacional de Política e Administração da Educação

RBPAE: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNE: Plano Nacional de Educação

FHC: Fernando Henrique Cardoso

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 1 BREVE RESGATE HISTÓRICO EDUCACIONAL..... | 11 |
| 1.1 OLHAR SOBRE A GESTÃO ESCOLAR..... | 17 |
| 2 SOBRE A REVISTA RBP AE..... | 19 |
| 3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA..... | 22 |
| 3.1 ANÁLISES PRELIMINAR DA RBP AE (2010-2013)..... | 23 |
| 3.2 AUTORES DE ARTIGOS COM DESTAQUE PARA GESTÃO ESCOLAR NA RBP AE (2010-2013)..... | 26 |
| 3.3 ANÁLISES DE ARTIGOS DA RBP AE (2010-2013)..... | 30 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 34 |
| 5 REFERÊNCIAS..... | 37 |

INTRODUÇÃO

Durante a realização da graduação do curso de pedagogia, na Universidade Estadual de Maringá, foi possível ter contato e conhecimento sobre a Gestão Educacional e Políticas Públicas da Educação, que, após estudos, foi possível compreender melhor a importância dessa temática para a atuação do pedagogo nas instituições de ensino. Assim, gerou expectativas para ampliarmos conhecimentos na área da Gestão e, em específico, na Gestão Escolar.

A intenção inicial foi de compreender as discussões realizadas pelos teóricos sobre a gestão escolar a partir da redemocratização da sociedade brasileira. No entanto, as leituras demonstraram que esta temática abrange questões muito amplas, entre elas as discussões em torno da democracia, da gestão administrativa, da função social e política da escola, da cultura organizacional e, assim, muitos outros aspectos.

Diante do pouco tempo para a realização de tão amplo estudo, o primeiro passo foi voltar o olhar para as produções científicas na área de gestão escolar, na tentativa de delimitar a abrangência da análise. Encontramos publicações dessa temática em vários meios, tais como, revista impressa, revistas *on-line*, livros, anais de eventos, etc. Observamos também que há muito tempo existem associações de estudiosos na área da administração escolar com publicação periódica.

Escolhemos, então, a mais antiga associação de administradores educacionais que, segundo dados do seu site oficial, caracterizam-se também como a segunda associação brasileira da sociedade civil organizada no campo da educação, denominada como Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE. Desde sua fundação, em 1961, a ANPAE publicou várias encadernações registrando movimentos, simpósios e outros testemunhos que marcaram a história da Gestão Educacional e da gestão escolar ao longo do tempo. Atualmente, possui um periódico científico, seu veículo de divulgação, a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE, a qual atualmente é editada trimestralmente por membros da ANPAE.

Ao iniciar o levantamento bibliográfico sobre a temática encontramos a dissertação de Ana Lúcia Calbaiser Silva (2012) denominada de “Encruzilhadas da Organização Educacional: Conceito de Administração, de Gestão e de Gerencialismo na RBPAE”. Silva (2012), utilizando-se do estudo bibliométrico, primeiramente analisou

as publicações da RBPAE no período de 1983 a 2009 e em seguida destacou os artigos que discutiam a administração da educação e gestão delimitando somente o período de 1995 a 2004.

O período que se segue ao levantamento realizado por Silva (2012) é marcado pelo final do Plano Nacional de Educação (2001/2010) abrangendo a fase de luta pela aprovação do novo Plano Nacional. Nesse sentido, acreditamos que seria importante verificar como a revista destaca a temática da gestão escolar por meio de artigos selecionados para a publicação e, ao mesmo tempo, verificar a abordagem principal do olhar dos educadores nesse momento de discussão das políticas educacionais.

O período delimitado para o nosso estudo ficou sendo de 2010 a 2013, tendo como pergunta motivadora: Qual o olhar da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE sobre a temática da gestão escolar no período de discussão do novo Plano Nacional de Educação?

Vale ressaltar que a nossa intenção não é a de julgar as publicações, mas compreender o que é produzido em termos acadêmicos sobre a temática da gestão escolar para ampliarmos nossos conhecimentos na área em estudo.

Pensando na totalidade da pesquisa consideramos alguns pontos importantes que nos fizeram destacar como relevância desse estudo. Visando a área acadêmica, as reflexões se tornam importantes para ampliar conhecimentos sobre a área da gestão escolar. Conforme a Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura (BRASIL, 2006), o graduado em pedagogia pode atuar na docência, pesquisa e gestão. Assim, é importante explorar os conhecimentos dessa temática, tanto para os que pretendem atuar na área de gestão como para os que visam à docência, uma vez que essas questões fazem parte de todo o processo educativo. Nesse sentido, acreditamos que o trabalho irá contribuir para explorar os conhecimentos que norteiam as discussões, em nível nacional, relacionadas à gestão escolar.

Tratando-se de interesses pessoais, o trabalho contribuirá para desenvolver a experiência de pesquisa como parte da profissionalização. Este trabalho de conclusão de curso representa a primeira pesquisa de iniciação científica realizada durante a graduação enquanto aluna, portanto, está “abrindo portas” para desenvolver outras pesquisas. Vale ressaltar que a escolha do tema foi de autonomia do estudante, desde que voltado para a área educacional, e isso permitiu que pudesse estudar a temática com

maior afinidade e curiosidade durante o curso. Nesse sentido, quando atuamos com o que gostamos fica mais fácil de trabalhar, gerando maior conhecimento e aprendizagem.

Para os profissionais da educação, esse estudo se faz importante para acompanhar o pensamento apresentado nas produções acadêmicas sobre a gestão escolar, pois é na instituição de ensino que a prática se concretiza e é interessante saber como os estudiosos da educação interpretam e explicam os fenômenos da área em estudo.

Entendemos que este estudo contribui também para colocar em destaque a gestão da escola, pois a educação tem um papel fundamental na vida das pessoas. Conhecer um pouco da história educacional e como é a organização da escola, amplia as formas de participação e a forma de discutir e lutar em defesa dos direitos e do bem comum. Nesse sentido, a RBPAE “apresenta-se como um veículo de divulgação no cenário científico, abrindo espaço para a participação dos atores sociais que compõem a comunidade científica, colaborando ambos para a construção discursiva sobre a gestão democrática” (SILVA, et al, 2012, p. 11).

Esse trabalho caracteriza-se como bibliográfico, que, segundo Gil (2002, p. 44), a “pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em que já foi elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Assim, para facilitar a pesquisa e ampliarmos a compreensão da temática em estudo, seguimos as etapas apresentadas por Gil (2002, p. 59-60): “a) escolha do tema; b) levantamento bibliográfico preliminar; c) formulação do problema; d) elaboração do plano provisório de assunto; e) busca das fontes; f) leitura do material; g) fichamento; h) organização lógica do assunto; e i) redação do texto”.

Para introduzir o estudo, situamos o contexto histórico da educação, o qual é uma etapa fundamental para compreendermos a organização educacional da atualidade. Em seguida, apresentamos um breve estudo sobre a história da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE e da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE que estão diretamente ligados ao contexto educacional.

Na terceira etapa apresentamos o levantamento dos artigos publicados sobre a temática gestão escolar no período de 2010 a 2013 na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE. Utilizamos quadros para facilitar a apresentação dos dados coletados e a exposição de informações. Os artigos analisados foram retirados

do site oficial da RBPAE conforme consta nas referências. Na última etapa elaboramos algumas considerações sobre o trabalho decorrentes das reflexões sobre as fontes e as leituras realizadas.

1 BREVE RESGATE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Pretende-se com esse item destacar brevemente alguns aspectos que marcaram a organização da educação nacional em sua trajetória histórica, a partir da Primeira República até os anos 1990, para chegar às discussões acadêmicas que giram em torno da gestão escolar da contemporaneidade. Conforme aponta Lombardi (2010, p. 22-23), “a administração deve ser entendida como resultado de um longo processo de transformação histórica, que traz as marcas das contradições sociais e dos interesses políticos em jogo na sociedade”. Nesse sentido, as mobilizações políticas, bem como as reformas econômicas do país refletem na formação do perfil de cidadão e no desenvolvimento da educação do ser humano em sociedade.

Na década de 1930, registram-se grandes mudanças na educação brasileira atingindo vários níveis de ensino e se estendendo em todo território nacional. Este período representa o fim da Primeira República e, conforme escrevem Shiroma, Moraes e Evangelista (2007), é marcado por um momento de crise em todos os aspectos da sociedade brasileira, principalmente na exportação e produção rural, que era a principal atividade econômica do momento. Com a posse do governo provisório de Getúlio Vargas¹, cria-se esperanças de um “Brasil Novo”. Vargas, com o intuito de ajustar o país ao desenvolvimento e à industrialização, instaura alguns ministérios, dentre eles o Ministério da Educação e da Saúde Pública viabilizando uma estrutura aos vários níveis de ensino. As reformas educacionais foram denominadas de Reforma Francisco Campo² e se efetivaram por meio de decretos (SHIROMA, et al, 2007).

Destaca-se, ainda nesse período, a influência do movimento de dois grupos distintos de intelectuais que apresentavam propostas para o destino da educação nacional: de um lado os católicos e do outro os escolanovistas. Para Shiroma, Moraes e

¹ Getúlio Dornelles Vargas (1882 - 1954) foi presidente do Brasil durante dois mandatos: 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/biografia-periodo-presidencial> acesso em 26/07/2014.

² Francisco Campo foi ministro da educação de nosso país no período de 06/12/30 a 31/08/31 e de 02/12/31 a 15/09/32. Advogado e professor do direito publico, modernizou o ensino médio e superior. Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13517&Itemid=945 acesso em 26/07/14.

Evangelista (2007), ambos se adequavam, cada um ao seu modo, às relações sociais vigentes e nem um nem outro as colocavam em questão. Com o decorrer dos fatos, o Estado acomodou os interesses incorporando algumas propostas dos escolanovistas, também denominados de “Pioneiros da Educação”, como obrigatoriedade, universalização e gratuidade do ensino primário, e dos católicos incorporou o ensino religioso nas escolas, mesmo que facultativo, a liberdade para ensino privado e isenção de impostos para as instituições tidos como idôneos (SHIROMA, et al, 2007). Vale lembrar que, desde 1920, em encontros de intelectuais da educação como os realizados na Associação Brasileira de Educação exigiam e influenciavam ações do Estado em relação à educação.

Ainda se tratando da década de 1930 temos outros fatos marcantes como a promulgação da Constituição Federal de 1934, cujo objetivo de melhorar as condições de vida da população inserindo capítulos de leis para o trabalho, a educação, a saúde e a cultura. Em 1937, com a implantação do Estado Novo³, o papel da educação é redefinido no projeto de nacionalidade. Por outro lado, no contexto autoritário, a Constituição de 1937 “dedicou bem menos espaço à educação que a anterior, mas o suficiente para incluí-la em seu quadro estratégico com vistas a equacionar a questão social” (SHIROMA, et al, 2007, p. 22) do momento em que se encontrava o país.

Com o poder político instaurado pelo Estado Novo a liberdade de circulação de ideias é suspensa e sobre a educação não há nenhuma manifestação do governo, até que em 1942, Gustavo Capanema,⁴ Ministro da Educação e Saúde Pública, implanta, por decretos, algumas reformas denominadas de Leis Orgânicas do Ensino⁵ que

³ Estado Novo (1937-1945) Regime político fundado por Getúlio Vargas, caracterizado pela centralização do poder, foi o momento em que, através da ditadura, se procurou suprimir os localismos e viabilizar um projeto realmente nacional. Fonte: <http://www.culturabrasil.org/estadonovo.htm> acesso em 26/07/14.

⁴ Gustavo Capanema foi ministro da Educação de 23/07/34 a 30/10/45. Bacharel em direito. Criou a Faculdade Nacional de Filosofia e a Escola Nacional de Educação Física. Edificou o Palácio do Ministério da Educação e Saúde. Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13513&Itemid=945 acesso em 26/07/14.

⁵ Leis Orgânicas do Ensino é a denominação dada aos Decretos-leis voltados para a educação nos últimos três anos do Estado Novo (1937-1945) e durante o governo Provisório de José Linhares (1945-1946). Enumeramos os Decretos-lei ou Leis Orgânicas do Ensino (L.O.E.): a) D-lei n. 4.073, de 30/01/42 – L. O. E. Industrial; b) D-lei n° 4.244, de 09/04/42 – L. O. E. Secundário; c) D-lei n° 6.141, de 28/12/43 – L. O. E. Comercial. d) D-lei n° 8.529, de 02/01/46 – L. O. E. Primário; e) D-lei n° 8.530, de 02/01/46 – L. O. E. Normal; f) D-lei n° 9.613, de 20/08/46 - L. O. E. Agrícola. Nesse período também foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial através do D-lei n° 4.048, de 22/01/42 e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial através do D-lei n° 8.621 e 8.622, de 10/01/46. (ROMANELLI, 1978, p. 154).

flexibilizaram e ampliaram a Reforma Francisco Campos. A Reforma Capanema foi complementada por Raul Leitão da Cunha (1946) atingindo todas as modalidades de ensino, principalmente o profissionalizante. Shiroma, Moraes e Evangelista (2007) destacam que, apesar das reformas, permanece na educação o dualismo, enquanto os mais favorecidos socialmente procuravam os ensinos secundário e superior, os menos favorecidos procuravam os ensinos primário e profissionalizante.

Referente à administração escolar do período descrito, Andreotti (2006) destaca que a política para formação de profissionais da educação foi proporcional às transformações sociais. Enfatizava-se na necessidade de formação científica para área, contudo foram instituídas escolas normais, com disciplinas como “organização escolar”, com objetivo de formar professores, inspetores e diretores escolares. Também foram criados cursos de formação de professores direcionados ao aperfeiçoamento pedagógico. Depois adveio as Universidades de Filosofia e Letras oferecendo formação superior e em 1933 (Decreto nº 5884/33) fica estabelecido que, para os devidos cargos educacionais, os profissionais devem ser providos de concursos públicos, livre da escolha do governo, assim acompanhando as reformas sociais do momento e aumentando-se as exigências destes profissionais que ocupavam cargos administrativos (ANDREOTTI, 2006).

Em 1945, com o fim do Estado Novo, é promulgada a nova Constituição Federal (1946) que, aprovada pelo Congresso, retoma a defesa da liberdade e a educação dos brasileiros. O ministro da educação Clemente Mariani⁶ nomeia uma comissão de especialistas da área, entre eles Lourenço Filho⁷, para estudar e propor uma nova reforma geral da educação. Assim, iniciam-se novas discussões, debates e lutas ideológicas sobre o rumo educacional, que termina somente em 1961, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024, de 20 de Dezembro de 1961.

⁶ Ministro Clemente Mariani foi ministro da Educação de 06/12/46 a 15/05/50 Advogado, jornalista e professor de Direito Comercial na Faculdade de Direito da Bahia. Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13511&Itemid=945 Acesso em 26/07/14.

⁷ Lourenço Filho foi um dos criadores da Escola Nova no Brasil, defendia a “escola ativa”. A frente do Instituto de Educação do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e reformulou a estrutura curricular. Fonte: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0069_03.html acesso em 26/07/2014.

De 1946 até o fim da década de 1960, muita coisa foi discutida. Passava-se pelo período de Guerra Fria⁸ que favoreceu radicalizações ideológicas no país. Aconteceram movimentos, cresceram as organizações de sindicatos, assim como criação de associações, publicação do segundo manifesto dos pioneiros da educação (1959)⁹, a primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB – Lei nº4.024 de 1961, Movimentos de Educação Popular (1964) e outras situações que caberiam discussões mais amplas e detalhadas (SHIROMA, et al, 2007).

Após esse contexto, de 1964 a 1985, o Brasil passa pelo período de Ditadura Militar, que “abafou sem hesitação quaisquer obstáculos que no âmbito da sociedade civil pudessem perturbar o processo de adaptação econômica e política que se impunha ao país” (SHIROMA, et al, 2007, p. 28). As decisões eram centralizadas no poder executivo. Nesse momento, destaca-se que existiam debates sobre propostas educacionais, mas as forças conservadoras interrompiam o processo. A educação do momento era voltada para o mercado de trabalho, que tinha as atividades girando em torno da industrialização comandadas por economistas, portanto, baseados no gerencialismo. Os objetivos eram de atingir os interesses econômicos como produtividade, lucro, etc. Assim, o ensino fundamental voltava-se para formação de mão de obra para amplos setores industriais e o ensino superior permanecia a elite intelectual, a qual, ao realizar críticas sociais e políticas, sofria as ações militares para abafar os movimentos.

Em meados de 1970, passamos por crise novamente. O regime militar, sob pressão, acaba por tratar as questões sociais como medidas de emergência voltando-se para projetos desenvolvimentistas nas regiões mais pobres do país. Mas, as pressões não cediam. Em meados de 1980 o quadro educacional era dramático, segundo dados de Shiroma, Moraes e Evangelista (2007, p. 37) mais de 60% da população vivia em condições precárias, abaixo da linha de pobreza.

Entre outras questões podemos perceber que o confronto à ditadura era movido também pelo grande interesse da população de participar democraticamente nas

⁸ Guerra fria ocorreu de 1946 a 1991 ficou marcada por corrida armamentista, espionagem e disputas em países periféricos. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,guerra-fria,882,0.htm> acesso em 26/07/2014.

⁹ Segundo Manifesto dos Pioneiros da Educação (1959) neste momento os pioneiros se posicionavam contra o discurso da Igreja Católica de liberdade de ensino. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoMaisUmaVez> acesso em 26/07/14.

decisões e ações governamentais. O regime militar termina oficialmente em 1985. Destaca-se que “os problemas dos anos 1970, mal diagnosticados e mal administrados pelos governos militares, deixaram como herança o crescimento do desequilíbrio financeiro do setor público e da dívida externa” (SHIROMA, et al, 2007, p. 39). Contudo, tinha-se a necessidade de elaborar novas políticas públicas para atender aos problemas sociais do momento. Decorrentes do movimento “Diretas Já”,¹⁰ no início do período denominado como Nova República,¹¹ passaram alguns presidentes pelo poder, como Tancredo Neves¹² e José Sarney¹³, conduzindo o país de maneira que chegássemos à conquista da democracia como resultado de processo histórico.

Crescia também o movimento reivindicando mudanças no sistema educacional. Com a união de associações científicas levantaram-se bandeiras e propostas dos educadores. Lutavam por “melhorias na qualidade do ensino, pela valorização e qualificação dos profissionais, pela democratização da gestão, pelo financiamento da educação e ampliação da escolaridade obrigatória, estendendo-se por creche, pré-escola, 1º e 2º graus” (SHIROMA, et al, 2007, p. 40-41).

Com o decorrer dos acontecimentos foi promulgada a Nova Constituição Federal de 1988, que descentraliza o poder para trabalhar em regime de colaboração entre os entes federados, como se descreve no artigo 1º:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político (BRASIL, 1988).

¹⁰ O movimento “Diretas Já” iniciou em 1983 e teve maior intensidade em 1984, culminou com a realização de eleições diretas para presidente da república. Fonte: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/diretas-ja>>. Acesso em: 26/07/14.

¹¹ Nova República foi o período que se seguiu ao governo militar caracterizado pela democratização política e pela estabilização econômica. Fonte: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/brasil-republica>>. Acesso em: 26/07/14.

¹² Tancredo Neves advogado foi eleito a presidente da república, mas não tomou posse do cargo pois adoeceu e veio a falecer antes da data de sua posse (15/02/1985). Diante dessa situação seu vice José Sarney assume o cargo. Fonte <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/tancredo-neves/biografia>>. Acesso em: 26/07/2014.

¹³ José Sarney foi presidente da república de 1985 a 1990 seu governo foi marcado por duas grandes tarefas reconstruir a democracia e enfrentar a crise inflacionária. Fonte: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-sarney/biografia-periodo-presidencial>>. Acesso em: 26/07/14.

Simultaneamente, no final da década de 1980 e início de 1990, organismos internacionais se reuniram com o objetivo de promover ações para ajudar a desenvolver os países subdesenvolvidos e o Brasil fazia parte destes. Creditava à educação uma luz para um mundo em transformação, pois com ela, os seres humanos poderiam viver com dignidade, desenvolver suas capacidades e melhorar suas condições de vida (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2003).

Segundo estudos de Frigotto e Ciavatta (2003), nos anos 1990 têm-se registros de organismos internacionais em eventos para melhorar educação com a perspectiva citada acima. Em março de 1990, realiza-se a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos” em Jomtien, Tailândia. Fica definido um projeto de educação em nível mundial para aquele decênio, financiado pelas agências da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial, cuja proposta é de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

O Brasil apresentava alto índice de analfabetismo, portanto foi designado que era necessário desenvolver ações para fomentar as políticas educacionais, que somente no Governo de Fernando Henrique Cardoso¹⁴ intensificou-se essa proposta. Em 1996, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº 9.394/96 e em 2000 foi promulgado o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº. 10.172/2001. O governo FHC ficou marcado por querer “ajustar” o Brasil à globalização seguindo a cartilha do Consenso de Washington¹⁵ (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2003, p.105).

¹⁴ Fernando Henrique Cardoso foi presidente da República em dois mandatos de 1995 a 1999 e de 1999 a 2003. Seu maior desafio foi manter a estabilização da moeda (real), e ao mesmo tempo promover o crescimento econômico. Fonte: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/biografia-periodo-presidencial>>. Acesso em: 26/07/2014.

¹⁵ O termo Consenso de Washington tem origem num conjunto de regras básicas, identificadas pelo economista John Williamson em 1990, baseadas no pensamento político e opiniões que ele acreditava reunirem consenso amplo naquela época. O conjunto de medidas incluía: 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) determinação de juros pelo mercado; 5) câmbio dependente igualmente do mercado; 6) liberalização do comércio; 7) eliminação de restrições para o investimento estrangeiro direto; 8) privatização das empresas estatais; 9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e do trabalho); 10) respeito e acesso regulamentado à propriedade intelectual. A referência a “consenso” significou que esta lista foi baseada num conjunto de ideias partilhadas, na época, pelos

Diante das informações podemos dizer que as mudanças políticas implicaram em muitos dos direcionamentos da gestão educacional e escolar. O poder foi descentralizado, a administração da educação de nosso país passa pelo modelo do regime de colaboração entre os entes federados (União, Distrito Federal, Estados e Município), sendo acompanhado e controlado por instâncias colegiadas em todos os níveis de ensino. O Estado passa a ter participação maior como regulador, institui conselhos auxiliares para acompanhar e fiscalizar cada área do sistema educacional como, por exemplo, Conselho Nacional de Educação, Conselho Estadual e Municipal de Educação que, dentro dos conselhos, se compõe secretarias de educação, núcleo, até chegar à escola, que também possui instâncias colegiadas, direcionando a forma da gestão democrática (VIEIRA, 2007).

A partir desse contexto histórico, buscaremos no próximo item, contextualizar e relacionar a história da Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação com a da Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

1.1 Olhar sobre a Gestão Escolar

Com o intuito de refletir sobre o contexto histórico e a gestão das instituições públicas, neste momento faremos breves considerações a cerca das formas de gestão e da gestão democrática. Dourado (2006) escreve a administração escolar demonstrando que está carregada de termos como controle, produtividade, eficiência, resultado etc. Termos esses norteadores das empresas capitalistas que tem no lucro a palavra norteadora da produção como resultado, diferentemente das instituições de ensino.

Dourado (2006) faz um levantamento de concepções teóricas da administração, apresenta a escola clássica; escola de relações humanas; escola behaviorista; e escola estruturalista, todas conceituando administração de alguma forma, mas destaca a importância do enfoque cultural de cada escola.

Ao tratar da Gestão de Sistema Educacional, Dourado (2006, p. 24) afirma que “A gestão de sistema implica ordenamento normativo e jurídico e a vinculação de instituições sociais por meio de diretrizes comuns”. O Sistema educativo deve ser

círculos de poder de Washington, incluindo o Congresso e a Administração dos Estados Unidos da América, por um lado, e instituições internacionais com sede em Washington, tais como o FMI e o Banco Mundial, por outro, apoiados por uma série de grupos de reflexão e economistas influentes. Fonte: <<http://rccs.revues.org/1475>>. Acesso em: 26/07/2014.

pensado no contexto do Estado que vivemos. Nesse sentido, no material produzido pelo MEC sob o título, Fortalecimento dos Conselhos Escolares, está assim explicitado:

A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica aprendizado e vivência do exercício de participação e de tomadas de decisões. Trata-se de um processo a ser construído coletivamente, que considera a esfericidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino: municipal, distrital, estadual, ou federal de cada escola (BRASIL, 2004, p. 23).

Ao discutir a participação nos sistemas de ensino, coloca-se em destaque a gestão da escola. Espaço considerado o núcleo da gestão. Por isso, conforme afirma Abadia¹⁶,

Trata-se de uma maneira de organizar o funcionamento da escola pública quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações e atos e possibilitar à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, idéias e sonhos num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar. (ABÁDIA *Apud* DOURADO, 2006, p.24)

Nesse sentido, a Gestão da escola se diferencia da administração empresarial, pois a função social da escola desrespeito da formação humana, políticas, sociais e pedagógicas. Dessa forma, a gestão escolar é vista como mediação entre recursos humanos materiais, financeiros e pedagógicos, existentes na instituição escolar para atingir o objetivo de formação pela cidadania.

Na Constituição Federal (1988) destaca-se a gestão democrática como princípio norteador do processo do ensino, portanto é necessário entre outras questões que exista participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes, para se efetivar a gestão democrática na escola. Como vimos no primeiro momento a luta pela democratização na sociedade é uma bandeira que foi levantada a muito tempo e acabou sendo conquistada como direito.

¹⁶ SILVA, Maria Abádia da. Educadores e educandos: tempos históricos. Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, Brasília ,2005. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/profuncionario/02educadores_ducando.pdf
Acesso em:24/11/2014.

Gracindo (2007) faz estudo sobre a temática e em seus estudos destaca que Araújo (2000)¹⁷ elenca quatro elementos indispensáveis para a gestão democrática sendo esses: participação; pluralismo; autonomia e transparência.

Podemos dizer que as ações participativas que devem ocorrer para efetivação da gestão democrática estão delineadas na LDB lei nº 9.394/96 e que as discussões em torno dessa gestão necessariamente precisam passar pela participação. Nesse sentido Gracindo (2007, p. 36) destaca: “A participação é, portanto, condição básica para a gestão democrática: uma não é possível sem a outra.”

2 SOBRE A REVISTA RBPAAE

Neste item do trabalho pretendemos abordar um pouco da história da Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE e da Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação - RBPAAE. Conhecendo brevemente o contexto e trajetória conseguiremos relacionar com o contexto da gestão, para então chegarmos às publicações sobre a temática na RBPAAE que são os fios condutores desta pesquisa.

A revista é um periódico científico, editado pela ANPAE, denominada por Sander (2007) como um veículo de divulgação dos resultados de pesquisas e ensaios especializados de experiências inovadoras em matéria de política e gestão da educação, em seus processos de planejamento e avaliação. Seu público-alvo são os educadores, gestores educacionais, especialistas dos sistemas de ensino, estudantes, professores universitários, dirigentes de escolas, universidades e outros relacionados à educação.

A ANPAE foi fundada em 1961 por professores universitários da disciplina de Administração Escolar e da área da educação. É considerada associação líder da sociedade civil organizada no campo educacional, sendo de natureza acadêmica na área de política e gestão da educação. Podemos identificar de que se trata da mais antiga associação de “administradores educacionais da América Latina e primeira associação brasileira de pesquisadores e professores universitários de educação depois da Associação Brasileira de Educação - ABE” (SANDER, 2007, p. 1).

Segundo estudos realizados na dissertação de mestrado de Ana Lucia Calbaiser da Silva (2012) a fundação da ANPAE aconteceu por diversos fatores, mas o maior

¹⁷ ARAÚJO, Adilson César de. *Gestão democrática da educação: a posição dos docentes*. PPGE/UnB. Brasília. Dissertação de Mestrado, mimeog., 2000.

impulso veio dos professores universitários que lecionavam disciplinas de Administração Escolar em Universidades/Faculdades e buscavam conhecimento com base na prática da realidade nacional. Menezes (1997, p. 262) destaca que:

A disciplina Administração Escolar nessa época tinha duas linhas principais de conteúdo: uma voltada para a aplicação prática do cotidiano escolar do diretor de escola e outro preocupado em construir teorias capazes de explicar o fato administrativo e descobrir leis generalizáveis e aplicáveis a atividade administrativa, independentemente da situação específica em que ocorra. De certo modo, procurava-se dar à disciplina Administração Escolar o status da ciência (*apud* SILVA, 2012, p. 49).

Os professores acadêmicos organizaram-se no I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar de amplitude nacional, para discutir questões da área. Publicaram um relatório das discussões e fundaram a ANPAE, com o intuito de promover encontros contínuos e sistemáticos em busca de medidas referentes ao ensino, pesquisa e formação de pessoas (SILVA, 2012). Em 1963, ocorreu o II Simpósio, para este dedicou-se um tempo maior de elaboração, pois a associação já se encontrava estruturada. Nesse evento, destaca-se que houve maior impacto em relação à participação de autoridades políticas e profissionais do ensino superior.

A ANPAE passou a se envolver com questões das políticas educacionais como nas discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, principalmente relacionadas à formação e atuação do profissional da administração escolar (SILVA, 2012, p. 53). A associação se colocava como mediadora utilizando-se de publicações em jornais, boletim, revistas tentando acrescentar prestígio na área. Dentre as publicações, destacava-se os Boletins Informativos e Cadernos de Administração Escolar.

No III Simpósio, realizado em 1966, tem-se registro de participação de especialistas internacionais, com intenção de trocar conhecimentos da área, tanto que programaram um Simpósio Interamericano de Administração Escolar, o qual foi realizado em 1968, já no período de ditadura militar. Em 1969, realiza-se o IV Simpósio de Administração Escolar. Silva (2012) ressalta que a década de 1960 e 1970 foi um período marcado por início de debates e luta pela cidadania e da aplicação de ciência social aos estudos da prática de administração escolar. Assim,

ao incluir temas representativos para a época e emitir sugestões de intercâmbio e recomendações aos órgãos executivos e normativos do governo federal e estadual, ela marcou presença fundamental no início da construção coletiva do conhecimento em Administração Escolar (MAIA, 2004, p. 24 *apud* SILVA, 2012, p. 57).

Em 1971, a associação tem alteração nominal, que segundo Sander (2007), passou a ser Associação Nacional dos Profissionais de Administração Escolar devido à amplitude de pessoas com participações ativas, ou seja, as discussões já não eram apenas para professores universitários e sim para os profissionais da área. Em 1976, ocorre a segunda alteração nominal passando para Associação Nacional de Profissionais de Administração Educacional, assim ampliando as discussões para o sistema Educacional, e não somente escolar. Em 1980, apresenta-se a terceira alteração ficando Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação e nesse momento nasce a Revista Brasileira de Administração da Educação, hoje denominada RBPAE (SANDER, 2007).

Desde a fundação da revista suas publicações passam a ser prioridade para a associação com o objetivo de “socialização do conhecimento e de práticas inovadoras em matéria de política e gestão da educação e seus processos de planejamento e avaliação” (SANDER, 2007, p. 6).

Na década de 1980 foi possível perceber que a “força” que a associação construiu em sua história refletiu na inserção de seus pesquisadores em torno de debates nacionais, como da Constituinte (1988), da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) e na participação no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e nas lutas pela valorização do magistério e pela profissionalização dos educadores nas décadas de 1980 e 1990, entre outros (SANDER, 2007).

Simultaneamente, a RBPAE publicava o interesse pela redefinição do perfil do dirigente educacional, pela reconstrução da gestão da educação, junto com o movimento sociopolítico da época já mencionado na sessão anterior. A ampla participação dos associados, organizados por todo o país, influenciou em decisões discutidas em assembleia organizada da associação, em 1996, onde acontece a quinta alteração nominal que passa a ser Associação Nacional de Política e Administração da Educação, redefinindo, portanto a titulação de seu periódico científico para RBPAE. As discussões em torno da educação não pararam.

A ANPAE encontra atualmente um de seus grandes desafios para manter o ritmo da construção teórica de vanguarda em matéria de política e gestão da educação, enfocando-a na dimensão estruturante dos direitos humanos e da construção de cidadania na educação e na sociedade (SANDER, 2007, p. 8).

O autor revela também que a gestão democrática descrita nas políticas educacionais ocupa crescente espaço em discussões como estratégia organizacional e administrativa, que se torna um paradigma e objeto de estudos. Assim, diante desse contexto analisaremos no próximo item artigos publicados na revista RBPAAE sobre a gestão escolar, no período de 2010-2013 para chegarmos a possível reflexão de pensamento político-pedagógico que a revista oferece a seus leitores.

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O levantamento bibliográfico na RBPAAE visou compreender o olhar da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAAE sobre Gestão Escolar no período 2010-2013. O nosso ponto de partida foi a pesquisa realizada por Silva (2012), referente ao período de 1995 a 2009.

Para encontrarmos artigos que abordassem a temática gestão escolar na RBPAAE foi necessário verificar todas as edições publicadas no período de 2010-2013. O acesso às publicações do periódico científico foi realizado por meio do site oficial da RBPAAE¹⁸, especificamente na seção “anteriores”. Abrindo o arquivo de cada edição procurávamos artigos que, no resumo ou nas palavras-chave, apresentasse o termo gestão escolar. Cada artigo encontrado era salvo em pasta específica para posterior análise.

A metodologia utilizada para a análise das produções se pauta nos estudos de bibliometria¹⁹ cujo princípio “é analisar a atividade científica ou técnica pelo estudo quantitativo das publicações e seu principal objetivo é o desenvolvimento de indicadores cada vez mais confiáveis” (HAYASHI et al, 2007, p. 4).

Assim, na seção seguinte, “Análise preliminar da RBPAAE: 2010 – 2013”, tentamos compreender a influência dos editores nas publicações da revista. Para essa

¹⁸ O site oficial da RBPAAE < <http://seer.ufrgs.br/rbpae>>. Acesso em: 05/05/2014.

¹⁹ Esse estudo foi o mesmo utilizado por Silva (2012).

etapa utilizamos uma ficha técnica de cada edição formando um quadro (Quadro 1) que permite encontrar indicadores para desenvolver o dado quantitativo. Na seção 3.2 “Autores de artigos com destaque para Gestão Escolar na RBPAAE (2010-2013)”, procuramos refletir como os educadores abordam a Gestão Escolar por meio de artigos publicados pela RBPAAE. Na sequência, item 3.3, “Análise dos Artigos (2010-2013)” discutimos, de forma sucinta, a ideia principal de cada artigo.

3.1 Análise preliminar da RBPAAE (2010 – 2013)

Nesta seção apresentamos a ficha técnica das edições do período 2010- 2013, a qual destacamos no Quadro 1 - *Ficha técnica da RBPAAE (2010-2013)*: editores; título do editorial; ano e volume e, por fim, quantidade de artigos publicados e, destes, quantos apresentavam em seu título ou no resumo a palavra gestão escolar²⁰.

A revista é publicada quadrimestralmente (janeiro/abril; maio/agosto; setembro/dezembro) desde 2007, e manteve a periodização de publicação não sendo registrado atraso no período de 2010-2013. Isso significa que há um fluxo contínuo de submissão de artigos especializados na área de políticas e administração educacional para publicação na Revista. É possível essa afirmação uma vez que Silva (2012) mostrou que no fim da década de 1980 e início de 1990 a crise financeira no Brasil repercutiu no reduzido número de submissão de artigos gerando atrasos e até mesmo a suspensão de publicação como ocorreu no ano de 1989 e 1990.

Quanto aos editores da Revista, o Quadro 1 mostra que nas 12 edições publicadas no período em estudo (2010-2013) destacam-se duas coordenações de editoração. Uma delas por Janete Maria Lins de Azevedo, que participou de sete edições, tendo contribuição na editoração de 58% das revistas publicadas no período. Em seis dessas editorações a referida autora dividiu os trabalhos com Alice Happ Botler (50%) e em uma delas com Maria Vieira Silva (0,8%) e Vera Maria Peroni (0,8%). A outra coordenação foi realizada por Nalú Farenzena, que atuou em cinco edições do período em estudo equivalendo a 41,6%. Em uma das edições atuou como editora única

²⁰ Na dissertação de Silva (2012) os dados são apresentados em forma de tabela sendo que na Tabela 1: *Editores da RBPAAE (1983-2009)* onde a autora apresenta: editor, volume e número, quantidade de revistas editadas e porcentagem. Considerando que esta produção é um artigo agrupamos os dados e apresentamos a porcentagem no corpo do texto.

e nas outras quatro com Maria Beatriz M. Luce (33,3%) sendo que, dentre estas, duas edições contou com a participação de Benno Sander (16,6%).

É importante destacar que Maria Beatriz Moreira Luce havia permanecido como editora em 36% das edições publicadas no período de 1983 a 2009 (SILVA, 2012, p. 75). Isso significa que Maria Beatriz Moreira Luce que já se destacava por atuar um longo período na editoração da RBPAE como na ANPAE, continua contribuindo com a história da Revista²¹.

Em relação à editoração, no terceiro volume de 2010, as editoras Maria Beatriz Moreira Luce e Nalú Farenzena comentam sobre as publicações da RBPAE do ano:

Nos editoriais dos dois números anteriores de 2010, procuramos comentar fatos, tendências e propostas da política educacional brasileira, como uma forma de oferecer aos leitores mais uma fonte de informações sobre conteúdos cuja atualidade não pode ser acompanhada pelos artigos publicados, dada as características do processo editorial. Além de informar, não nos isentamos de expressar alguns posicionamentos referentes à política e às políticas educacionais, como forma de contribuir em debates de questões que efervesceram em 2009 e em 2010 (2010, p. 416).

Essa apresentação demonstra a ênfase das discussões em torno da política e das políticas educacionais. Nesse contexto, na última revista trimestral/2010 destaca a produção voltada para a gestão escolar reunindo quatro artigos em que foram feitos balanços de produções intelectuais relacionadas ao tempo recente sobre aspectos da gestão da escola pública. Nos termos bibliométricos, dos 27 artigos publicados em 2010, 14,8% foi dedicado a questões relacionadas à gestão da escola.

A primeira revista do quadrimestre de 2011(v. 27, n.1) é marcada pelo espírito congratulatório do Jubileu de Ouro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE. Conforme afirmam os editores Maria Beatriz M. Luce, Benno Sander e Nalú Farenzena (2011, p. 8) “os trabalhos publicados neste número da revista visam a compartilhar ensaios, pesquisas e reflexões em torno da escola, da universidade e da cidade como espaços públicos de educação”. Nesse número foram publicados dois artigos que contemplavam a discussão em torno da gestão escolar.

²¹ Silva (2012) mostra que Maria Beatriz Moreira Luce destaca-se na editoração enquanto que Benno Sander destaca-se na presidência da ANPAE no período de 1983-2009.

Com a segunda revista do quadrimestre 2011 (v.27, n.2), encerra-se o ciclo editorial iniciado em 2006 quando Maria Beatriz Moreira Luce assumiu a função de editora da RBPAE. Conforme posicionamento da editora Nalú Forenzena na edição “há aberturas para temáticas do campo da administração e da política educacionais” (2011, p. 159). Nesta edição encontramos um artigo que atendia ao critério de seleção para o estudo do verbete “gestão escolar”.

A partir do último quadrimestre de 2011 (v. 27 n.3), Janete Maria Lins de Azevedo e Alice Happ Botler assumem a editoração da Revista, como afirmam no editorial foi um “período de tempo indicativo das dificuldades de acomodar e pactuar os muitos interesses na implantação do novo Plano Nacional de Educação” (2011, p. 369). Nesse contexto de discussões nas diversas instâncias de debates da ANPAE a abordagem em destaque foi “a estreita relação entre políticas e práticas curriculares e a gestão da educação e da escola”. A ênfase da discussão nas questões voltadas à gestão da escola aparece em destaque em dois artigos desse número. No ano de 2011, nos três números da revista foram publicados um total de 29 artigos; destes, 17,2% (cinco) têm na chamada o termo gestão escolar.

A partir de 2012, sob a mesma coordenação de editoração, apresenta-se a tendência mais ampla ou geral nas discussões sobre a gestão da educação, conforme indica o próprio título das editorações registradas no Quadro1. Esta tendência está vinculada à demora na aprovação do novo Plano Nacional de Educação, conforme escrevem as editoras Azevedo e Botler “Como se fora um cantochão, continuamos registrando a situação indefinida do Plano Nacional de Educação, que, ainda como projeto de lei, permanecia no Senado até o fechamento da presente edição” (2013, p. 401).

Nas seis edições, entre 2012 e 2013, encontramos seis artigos que destacam a gestão escolar sendo quatro (14,2%) no ano de 2012 e dois (7,1%) no ano de 2013. Ao olharmos para todo o período apresentado no Quadro 1 foram publicados no total cento e doze (112) artigos sendo que destes quinze, ou seja, 13,3% destacam em sua chamada a gestão escolar. Podemos inferir que as discussões apresentadas na Revista têm relação com o enfoque político do momento histórico vivenciado.

| EDITORES | TÍTULO DO EDITORIAL | ANO/VOLUME | QUANTIDADE |
|---|--|-----------------|---|
| Janete Maria Lins de Azevedo e Alice Happ Botler. | Políticas e gestão da educação: proposições, financiamento e internacionalização. | 2013 – V.29 N°3 | Total de artigos: 09 Sobre Gestão Escolar: 1 |
| Janete Maria Lins de Azevedo, Maria Vieira Silva e Vera Maria Peroni. | A Constituição Federal 25 anos depois: balanços e perspectivas da participação da sociedade civil nas políticas. | 2013 – V.29 N°2 | Total de artigos: 10 Sobre Gestão Escolar: 0 |
| Janete Maria Lins de Azevedo e Alice Happ Botler. | Avançando na articulação do Sistema Nacional de Educação: novos planos, novos desafios. | 2013 – V.29 N°1 | Total de artigos: 09 Sobre Gestão Escolar: 1 |
| Janete Maria Lins de Azevedo e Alice Happ Botler. | Educação e regulação: políticas e desafios. | 2012 – V.28 N°3 | Total de artigos: 09 Sobre Gestão Escolar: 1 |
| Janete Maria Lins de Azevedo e Alice Happ Botler. | Políticas e gestão da educação no contexto das diferenças, das desigualdades e das relações federativas. | 2012 – V.28 N°2 | Total de artigos: 09 Sobre Gestão Escolar: 1 |
| Janete Maria Lins de Azevedo e Alice Happ Botler. | Gestão democrática da escola e da educação: caminhos de pesquisa. | 2012 – V.28 N°1 | Total de artigos: 10 Sobre Gestão Escolar: 2 |
| Janete Maria Lins de Azevedo e Alice Happ Botler. | Gestão da educação e da escola e práticas curriculares nas políticas educacionais. | 2011 – V.27 N°3 | Total de artigos: 10 Sobre Gestão Escolar: 2 |
| Nalú Farenzena | Educação: uma janela aberta para o mundo. | 2011 – V.27 N°2 | Total de artigos: 09 Sobre Gestão Escolar: 1 |
| Maria Beatriz M. Luce, Benno Sander e Nalú Farenzena. | Anpae, 50 anos de construção do conhecimento na gestão da educação. | 2011 – V.27 N°1 | Total de artigos: 10 Sobre Gestão Escolar: 2 |
| Maria Beatriz M. Luce e Nalú Farenzena. | Bons ventos. | 2010 – V.26 N°3 | Total de artigos: 09 Sobre Gestão Escolar: 4 |
| Maria Beatriz Luce e Nalú Farenzena. | Responsabilização na educação: um novo componente na agenda de políticas públicas. | 2010 – V.26 N°2 | Total de artigos: 09 Sobre Gestão Escolar: 0 |
| Maria Beatriz M. Luce, Benno Sander e Nalú Farenzena. | Bandeiras de política e gestão da educação em perspectiva. | 2010 – V.26 N°1 | Total de artigos: 09 Sobre Gestão Escolar: 0 |

Quadro 1 – Ficha técnica da RBP AE (2010-213)

Fonte: Revista RBP AE 2010 – 2013 disponíveis online <<http://seer.ufrgs.br/rbpae>>. Dados organizados pela autora.

3.2 Autores de artigos com destaque para gestão escolar na RBP AE (2010-213)

Considerando que o nosso objetivo é de verificar como os educadores abordam a temática da gestão escolar por meio de artigos publicados pela RBP AE no período de 2010-2013, nesta etapa do estudo destacamos os referidos artigos e apresentamos breves reflexões.

No Quadro 1, foi possível perceber que, no período em estudo, a Revista publicou cento e doze (112) artigos e, destes, quinze (15) apresentaram no seu título ou nas palavras-chave o termo “gestão escolar”. No Quadro 2, apresentamos indicações sobre os autores dos quinze artigos destacados no Quadro 1. A busca foi realizada através do *Currículo Lattes* de cada autor, independentemente se publicou sozinho ou em coautoria. O levantamento das informações teve por base o ano de publicação do artigo. Os dados dos autores referem-se à formação, a área de atuação e à universidade de origem de cada autor, conforme representamos abaixo.

| AUTOR | FORMAÇÃO | AREA DE ATUAÇÃO | UNIVERSIDADE DE ORIGEM |
|----------------------------------|--|--|---|
| ALINE MANFIO | Mestranda em Educação | Políticas Públicas, Administração Escolar e Gestão. | Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo. |
| ÂNGELA MARIA MARTINS | Pós doutorado | Políticas Públicas em Educação | Universidade Cidade de São Paulo, UNICID, São Paulo. |
| CLEITON DE OLIVEIRA | Doutorado em Educação | Política educacional, municipalização do ensino, educação, descentralização e financiamento da educação. | Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, São Paulo. |
| DONALDO BELLO DE SOUZA | Pós-doutorado em política e administração educacional | Política Pública, gestão e financiamento em Educação. | Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesq. do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ, Rio de Janeiro. |
| ELIANETH DIAS KANTHACK HERNANDES | Doutorado em Educação | Formação docente, capacitação, formação de gestores, ação supervisora e supervisores de ensino. | Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo. |
| GRAZIELA ZAMBÃO ABDIAN MAIA | Doutorado em Educação, pós-doutoranda Junior | Administração da educação, política educacional, administração escolar, formação e função do administrador escolar. | Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo. |
| JORGE MANUEL GOROSTIAGA | Doutorado em Social and Comparative Analysis in Education. | Educação | Universidade Nacional de General San Martín, Argentina. |
| JOSÉ AUGUSTO BRITO PACHECO | Doutorado em Ciências da Educação | Políticas curriculares, Políticas educativas, Avaliação, Currículo, Formação de professores. | Universidade do Minho, UM, Portugal. |
| JULIANO MOTA PARENTE | Doutorado em Educação | Formação de professores, políticas educacionais, gestão educacional, tecnologia educacional e educação social. | Universidade Federal de Sergipe, UFS, Sergipe. |
| LAURINDA RAMALHO DE ALMEIDA | Doutorado em Educação | Formação de Professores, Ensino-Aprendizagem, Psicologia da Educação, Ensino Fundamental, Ensino Público, Coordenação Pedagógica Educacional, Relações Interpessoais, Abordagem Centrada na Pessoa e Psicogenética | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo. |

| | | | |
|--------------------------------------|---|---|--|
| | | Walloniana. | |
| LUCIANA ROSA MARQUES | Doutorado em Sociologia | Democracia, gestão escolar, política educacional e análise do discurso. | Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Pernambuco. |
| LUÍS GUSTAVO ALEXANDRE DA SILVA | Doutorado em Educação | Gestão Educacional, Gestão Escolar e Organização do Trabalho Pedagógico. | Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiás. |
| MÁRCIA ÂNGELA DA SILVA AGUIAR | Doutorado em Educação | Política educacional, formação de profissionais da educação, educação, gestão da educação e educação superior. | Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiás. |
| MARIA DO CARMO LESSA GUIMARÃES | Doutorado em administração | Políticas Públicas, com ênfase em avaliação da gestão e implementação de políticas públicas descentralizadas e dos novos modelos de gestão pública no contexto federativo brasileiro. | Universidade Federal da Bahia, UFBA, Bahia. |
| MARIA JOSÉ DA SILVA FERNANDES | Doutorado em Educação | Didática e Prática de Ensino, Organização do Ensino no Brasil, | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, |
| MIRIAM FÁBIA ALVES | Doutorado em Educação | Políticas Educacionais, Organização e Gestão Escolar e História da Educação | Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiás. |
| PRISCILA XIMENES SOUZA DO NASCIMENTO | Mestre em Educação | Avaliação da aprendizagem, democratização e participação da/na escola, relação família-escola, gestão educacional e escolar. | Faculdade Nacional de Educação e Ensino Superior do Paraná, FANEESP, Paraná. |
| SERGIO HENRIQUE DA CONCEIÇÃO | Doutorado em Educação e Contemporaneidade | Ciências Humanas, Educação, Administração Educacional. | Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Bahia. |
| SOFIA LERCHE VIEIRA | Pós Doutorado em Educação | Política, história e gestão da educação. | Universidade Estadual do Ceará, UECE, Ceará. |
| SULIVAN DESIRÉE FISCHER | Doutorado em Administração | Análise de Políticas Pública, Reforma Administrativa, Arquitetura Organizacional, Captação de Recursos. | Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Santa Catarina. |
| VALÉRIA VIRGINIA LOPES | Doutorado em Educação | Política educacional, avaliação educacional, formação de professores. | Universidade de São Paulo, USP, São Paulo. |
| VANDRÉ GOMES DA SILVA | Doutorado em Educação | Política e avaliação educacional, gestão e organização escolar, e análise conceitual do discurso educacional. | Centro Universitário Radial, UNIRADIAL, São Paulo. |

Quadro 2 – Autores de artigos com destaque para gestão escolar na RBP AE (2010-213)

Fonte: Revista RBP AE 2010 – 2013 disponíveis online <<http://seer.ufrgs.br/rbpae>>. Dados organizados pela autora.

Neste levantamento, apenas um autor (Graziela Z. A. Maia) publicou dois artigos. Os outros vinte e um (21) autores publicaram apenas um artigo na RBP AE, sendo na forma individual ou em coautoria. Por isso, totalizam-se vinte e dois autores.

Dos quinze artigos, oito (53,3%) contém coautoria com mais um autor e sete (46,7%) artigos foram produzidos individualmente.

Esses dados demonstram, inicialmente, que continua a tendência de aceitar estudos de pesquisadores que ainda não tinham obtido espaço na RBPAE, conforme já confirmado na pesquisa de Silva (2012, p. 79). Com a presença dessa variedade de autores nas edições do periódico também demonstram que há interesse entre os pesquisadores e editores em explorar a temática da “gestão escolar”.

Dos autores desse período apenas dois deles já haviam publicado sobre gestão e administração da educação na revista no período 1983-2009 sendo eles: Sofia Lerche Vieira e Angela Maria Martins com apenas um artigo publicado.

Outro fator importante que observamos em relação aos autores que publicaram seus artigos na RBPAE foi o título acadêmico e a área de atuação. Verificamos a maior incidência de autores com titulação de doutorado sendo dezessete (77,7%), seguido de autores com pós-doutorado (13,5%). Dos autores do período, um com mestrado (4,5%) e outro fazendo o mestrado (4,5%). Silva (2012), em sua dissertação demonstrou uma tendência da Revista em publicar pesquisas de graduandos e graduados. No nosso recorte da pesquisa, que destaca somente os autores de artigos publicados na Revista com o termo *gestão escolar*, observamos uma tendência de discussão da temática nos níveis mais elevados da formação acadêmica como no doutorado e no pós-doutorado.

Sobre a área de atuação dos autores, mais que a maioria pertenciam à grande área da Educação atendendo à expectativa do público da revista que são docentes, estudantes e pesquisadores da referida área, conforme confirmado na pesquisa de Silva (2012, p. 84-85). Um dado importante observado é de que, dos vinte e dois autores, apenas quatro (18,8%) não descreveram como área de estudos as políticas de educação, no entanto delimitaram a educação ou gestão ou administração educacional como objeto de pesquisa.

No Quadro 2, o item que indica a universidade de origem dos autores, nos revela que a maioria dos autores são de diferentes regiões do país, estados como Rio de Janeiro, Sergipe, Pernambuco, Paraná, Bahia, Santa Catarina e Ceará apresentam apenas um autor (0,16% de cada estado). Já no Estado de São Paulo contem sete autores ao total (1,12%) e três de Goiás com 0,66%. O destaque vai também para a presença de dois autores internacionais, sendo um da Argentina e outro de Portugal. Esses dados

mostram que na RBPAE a variedade não é apenas de autores, mas também da região a que estes pertenciam no momento em que tiveram seus artigos publicados.

Vale destacar que o termo Gestão se intensifica nos anos 2000 a partir da Gestão Democrática, como ressalta Silva “enquanto a quantidade de artigos com o descritor Administração da educação tende a diminuir, a quantidade de estudos com o descritor Gestão da Educação tende a aumentar” (2012, p. 92).

No próximo item, a abordagem refere-se à análise dos artigos publicados que contemplaram o termo descritor em seu título ou como palavra-chave.

3.3 Análise de artigos da RBPAE (2010-2013)

Neste momento, analisaremos os artigos publicados na RBPAE no período de 2010 a 2013 que trazem no título ou nas palavras-chave o descritor ‘gestão escolar’. Para essa análise realizamos a leitura dos quinze artigos selecionados, extraímos as ideias principais por meio da elaboração de fichas para auxiliar no entendimento aqui apresentado.

É importante dizer que nesta etapa do estudo nos distanciamos da forma de análise apresentada por Silva (2012). O tempo não nos permitiu o entendimento da teoria de poder de Foucault utilizada por Silva (2012) para a análise do regime de verdade presente nos artigos. Nesta etapa, conforme descrevemos na introdução, procuramos identificar qual a temática principal da discussão das produções selecionadas para publicação na RBPAE em termos acadêmicos que delimitam como foco a gestão escolar.

Destacamos no Quadro 3 os artigos selecionados identificando ano e edição da publicação, assim como o título, autor e palavras-chave. Para os comentários abordaremos de forma sucinta.

| Ano | Edição | Título | Autor | Palavras-chave |
|------|---------------------------|--|--|--|
| 2010 | V.26, n.3, p. 421-440 | Gestão escolar, autonomia escolar e órgãos colegiados: a produção de teses e dissertações (2000-2008) | Ângela Maria Martins e Vandrê Gomes da Silva | Gestão de escola; autonomia escolar; conselhos escolares; estado da arte. |
| 2010 | V.26, n.3, p. 441-459 | Anais dos eventos da Anped e da Anpae (2000-2008) e o estado da temática gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados | Donaldo Bello de Souza | Estado da arte; processos de gestão; autonomia escolar; órgãos colegiados; anais de eventos científicos. |
| 2010 | V.26, n.3, p. 461-476, | Autonomia, gestão escolar E órgãos colegiados: a produção de | Cleiton de Oliveira | Autonomia escolar; gestão |

| | | | | |
|------|-------------------------|---|---|---|
| | | artigos em periódicos científicos (2000-2008) | Valéria Virginia Lopes | escolar; estado da arte. |
| 2010 | V.26, n.3, p. 477-494 | O provimento do cargo de gestor escolar e a qualidade de ensino: Análise de publicações nacionais (1990-2005) | Graziela Zambão Abdian Maia Aline Manfio | Provimento do cargo de gestor; gestão democrática; qualidade de ensino; eleição de diretores; publicações nacionais. |
| 2011 | V.27, n.1, p. 67-82 | Formação em gestão escolar no Brasil nos anos 2000: políticas e práticas | Márcia Ângela da S. Aguiar | Formação de gestores para a educação básica; programa nacional escola de gestores; curso de especialização em gestão escolar; gestão democrática. |
| 2011 | V.27, n.1, p. 123-133 | Poder local e educação no Brasil: Dimensões e tensões | Sofia Lerche Vieira | Poder local; política educacional; administração educacional; gestão Escolar; descentralização. |
| 2011 | V.27, n.2, p. 249-264 | Participación y gestión escolar en Argentina y Brasil: una comparación de políticas subnacionales | Jorge M. Gorostiaga | Participação; gestão escolar; Argentina; Brasil. |
| 2011 | V.27, n.3, p. 377-389, | Currículo e gestão escolar no contexto das políticas educacionais | José Augusto Pacheco | Políticas curriculares; relações entre currículo e gestão da educação; diferentes perspectivas teóricas. |
| 2011 | V.27, n.3, p. 453-473 | A coordenação pedagógica nas escolas estaduais paulistas: resoluções recentes e atuação cotidiana na gestão e organização escolar | Maria José da Silva Fernandes | Coordenação pedagógica; reformas educacionais; regulações; estratégias de enfrentamento; gestão escolar. |
| 2012 | V. 28, n.1, p. 68-85 | As interfaces da participação da família na gestão escolar | Priscila Ximenes Souza do Nascimento, Luciana Rosa Marques | Família; gestão escolar; cotidiano, participação. |
| 2012 | V. 28, n. 1, p. 144-162 | Concepções de gestão e vivência da prática escolar democrática | Graziela Zambão Abdian Eliane Dias Kanthack Hernandes | Gestão e prática escolar democráticas; qualidade da educação escolar; diálogo e problematização. |
| 2012 | V. 28, n. 2, p. 479-494 | Um estudo multivariado do perfil do diretor das escolas públicas de itabaiana – SE | Sergio Henrique da Conceição, Juliano Mota Parente | Educação; gestão escolar; diretor de escola. |
| 2012 | V. 28, n. 3, p. 665-681 | Gerencialismo na escola pública: Contradições e desafios concernentes à gestão, a autonomia e à organização do trabalho escolar | Luís Gustavo Alexandre da Silva Miriam Fábila Alves | Gerencialismo; autonomia; controle. |
| 2013 | V. 29, n. 1, p. 97-115 | A construção da gestão autônoma das escolas públicas brasileiras: um estudo nas escolas de EF – SC | Sullivan Desirée Fischer Maria do Carmo Lessa Guimarães | Implementação de política pública; autonomia escolar; gestão autônoma das escolas. |
| 2013 | V. 29, n.3, p. 503-523 | Estilos de coordenação pedagógica na rede pública estadual Paulista no período 1960-2010 | Laurinda Ramalho De Almeida | Coordenação pedagógica; políticas públicas; gestão escolar; escola pública. |

Quadro 3 – Indicação de artigo e autores que tratam da Gestão Escolar na RBPAE (2010 – 2013)

Fonte: Revista RBPAE <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/archive>>. Acesso em: 20/05/2014 dados organizados pela autora.

No ano de 2010 encontramos na Revista quatro publicações com destaque para gestão escolar, todas do terceiro quadrimestre (v. 3, set/dez). A abordagem dos artigos está voltada para o estado da arte. Três deles são resultados de pesquisa coordenada por Ângela Maria Martins que envolveu os pesquisadores Vandrê Gomes da Silva, Donald Bello de Souza, Cleiton de Oliveira e Valéria Virginia Lopes. Essa pesquisa visava o estado da arte relacionado aos descritores: gestão escolar, autonomia escolar e órgãos colegiados no período de 2000 a 2008, tendo como abrangência: a) produção de teses e

dissertações; b) anais dos eventos da Anped e da Anpae; e c) produção de artigos em periódicos científicos. Para cada uma dessas abrangências foi produzido um artigo como pode ser observado no Quadro 3.

Com esse levantamento Martins e Silva (2010, p. 437) demonstraram que “quando se toma por objeto de estudo a gestão escolar invariavelmente, nos últimos tempos, esta discussão tem sido associada à ideia de qualidade do ensino ofertado pela escola pública”. Para as autoras “não raro, a gestão escolar – para além de sua complexidade interna e suas dimensões e condicionantes institucionais – costuma ser vista como simples reflexo de tendências políticas atuais” (MARTINS E SILVA, 2010, p. 437). Nesta mesma direção, Oliveira e Lopes (2010, p. 475) mostraram que

Na análise dos artigos destaca-se a convocação à democratização da gestão em oposição à fragilidade na criação de canais e mecanismos de participação para as comunidades escolares. A democracia na escola aparece como mecanismo potente de melhoria da qualidade, em tese. Poucos são os registros de experiências bem sucedidas nesse campo, muito embora seja expressiva a quantidade de relatos e debates sobre programas e projetos que investem em processos, procedimentos e modos de fazer.

O quarto artigo publicado na RBPAE/2010 também se refere ao estado da arte, em relação o provimento do cargo de gestor escolar e a qualidade de ensino com análise de publicações nacionais no período de 1990 a 2005. A pesquisa apresentada por Graziela Zambão Abdian Maia e Aline Manfio (2010, p. 492) destaca que “a maioria dos livros estabelece relação estreita entre a forma de provimento do cargo do gestor, a democratização da gestão e a qualidade de ensino, defendendo a eleição para gestores”.

Em 2011, observamos que o foco de publicação da Revista ampliou-se para diferentes abordagens sobre a gestão escolar. Foram publicados cinco artigos em 2011, destes, quatro tem como ênfase as políticas educacionais: a) Formação em gestão escolar no Brasil nos anos 2000: políticas e práticas (Márcia Ângela da S. Aguiar); b) Poder local e educação no Brasil: dimensões e tensões (Sofia Lerche Vieira); c) Currículo e gestão escolar no contexto das políticas educacionais (José Augusto Pacheco); e d) A coordenação pedagógica nas escolas estaduais paulistas: resoluções recentes e atuação cotidiana na gestão e organização escolar (Maria José da Silva Fernandes). O artigo do argentino Jorge M. Gorostiaga (2011), “Participación y gestión escolar en Argentina y Brasil: una comparación de políticas subnacionales”, encaminha

as discussões para comparação de casos de relações escolares entre Argentina e Brasil, levando em consideração o contexto histórico de vinte e cinco anos, na linha da democratização.

A publicação na RBPAAE/ 2011 relacionada à coordenação pedagógica de Maria José da Silva Fernandes coloca novos elementos na discussão relacionada à gestão escolar, aponta para “a importância dos sujeitos escolares e o papel protagonista que eles desempenham nas regulações dos sistemas” (FERNANDES, 2011, p. 470). Nessa direção, Fernandes (2011, p. 470) finaliza dizendo que

é necessário considerar também a necessidade de ter professores com boa formação não só pedagógica, mas também política, no trabalho de coordenação pedagógica. Professores estes que tenham condições de articular o coletivo, de organizar as atividades pedagógicas e desenvolver estratégias de resistência, para que a escola cumpra o seu papel de fato – o ensino das novas gerações –, o que, nas sucessivas reformas, está cada vez mais distante.

As publicações de 2012 apresentam dois enfoques, um deles é o da participação nas práticas do cotidiano escolar que envolve “as interfaces da participação da família na gestão escolar” de Nascimento e Marques e a “concepção de gestão e vivência da prática escolar democrática” de Graziela Zambão Abdian e Elianeth Dias K. Hernandez. O estudo que envolve a família parece pouco explorado, no entanto, os autores concluem que a

participação dos atores sociais no âmbito escolar interfere na construção de uma cultura democrática nas relações sociais como um todo e que há uma multiplicidade de práticas de participação, com formatos e intenções os mais diversos, que acabam sendo desconsideradas como válidas a essa construção por se afastarem do modelo preconizado e, por isso, acabam inibindo ou enfraquecendo as ações participativas (NASCIMENTO e MARQUES, 2012, p. 83).

Abdian e Hernandez (2012, p. 159) apontam que “ainda é necessário caminhar na organização de práticas de formação de gestores escolares para a democracia”, para construir a democracia o caminho é sempre o da participação.

Outro enfoque das publicações de 2012 está centrado no gestor. Em uma publicação a abordagem volta-se para o estudo sobre o perfil do diretor apresentado por Sergio Henrique da Conceição, Juliano Mota Parente (2012). A pesquisa indicou que

as variáveis sexo, experiência docente, natureza das dificuldades enfrentadas no processo de gestão e utilização das diferentes fontes de financiamento interferem no processo de formação dos grupos de perfis dos gestores e poderão representar diferentes perspectivas de abordagem de gestão desses indivíduos (CONCEIÇÃO, PARENTE, 2012, p. 490)

No terceiro artigo de 2012 sobre gestão escolar (v. 28, n.3. p.665-681), o destaque é para a discussão relacionada às formas de gestão como o gerencialismo e a autonomia decorrentes dos estudos de Luís Gustavo Alexandre da Silva e Miriam Fábria Alves (2012). Resultado de pesquisa documental e de campo Silva e Alves (2012) mostram que “as alterações na gestão transferiram para o conjunto dos docentes a imagem de maior participação e democracia no cotidiano escolar, mas, na prática, houve intensificação da responsabilização individual, do controle e do trabalho dos docentes e gestores” (p. 665).

Em 2013, a Revista mantém a tendência de discussões no eixo de políticas públicas pautadas em estudos teórico-práticos. As abordagens tencionam sobre a gestão autônoma das escolas públicas brasileiras (Sullivan Desirée Fischer e Maria do Carmo Lessa Guimarães) e sobre os estilos de coordenação pedagógica (Laurinda Ramalho de Almeida). Sobre a autonomia pedagógica e administrativa da gestão escolar, Fischer e Guimarães (2013) demonstram que ainda continua circunscrita na dinâmica do financiamento da escola pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo ampliar os conhecimentos sobre a temática gestão escolar, mas pela sua dimensão de conteúdo voltamos nosso olhar para área acadêmica, devido à confiabilidade de dados que se transmite em termos científicos.

Pensando na totalidade de nossos estudos a Revista Brasileira de Política e Administração - RBPAE, editada pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE, nos proporcionou maiores conhecimentos educacionais, pois foi com olhar para a Revista que discutimos o contexto histórico e questões atuais.

A pesquisa foi subdividida em quatro etapas para facilitar os estudos e compreender as discussões. Em primeiro momento foi realizado leituras sobre o

contexto histórico educacional, a fim de conhecer melhor a história da educação nacional e descrever em suma seus fatos marcantes.

Foi através de Shiroma, Evangelista e Moraes (2011) que pudemos compreender a educação em sua ampla história. As leituras demonstraram que, desde a década de 1930, ocorrem grandes mudanças na sociedade e na educação. Fica claro que a democracia e outras regulamentações emergem de um longo processo realizado na sociedade e as necessidades sociais também terminam por influenciar no processo educativo, que tem o papel formador de cidadãos para atuação na sociedade civil. Em outras palavras, as crises econômicas, as ideologias filosóficas e as necessidades sociais de cada período descrito (1930-2000) revelam mudanças na educação nacional para atender o desenvolvimento de indivíduos no exercício da cidadania.

No segundo momento, conhecemos a fundação e trajetória da ANPAE, que conforme Sander (2007) é associação líder da sociedade civil organizada no campo educacional e o periódico científico (RBPAE) se torna o veículo de divulgação dos resultados de pesquisas, ensaios e experiências inovadoras na área de política, gestão da educação, planejamento e avaliação. Os estudos revelam que os professores acadêmicos se organizavam em simpósios para discutir questões de políticas educacionais e administração escolar. Assim, organizados, fundaram a associação, ANPAE e a RBPAE como espaço para divulgação dos relatórios das discussões. Os encontros tornaram-se sistemáticos e as publicações passaram a ter o objetivo de socializar conhecimentos conquistando credibilidade na sociedade civil tornando-se referência em políticas educacionais na atualidade.

No terceiro momento da pesquisa, levantamos dados na RBPAE objetivando refletir sobre a produção, em termos científicos, relacionada à temática gestão escolar dos últimos quatro anos. Na análise preliminar identificamos que nos anos investigados (2010-2013), os artigos publicados contemplam autores diversificados oriundos de diferentes regiões do país demonstrando amplitude do interesse nas discussões teóricas sobre a gestão escolar, assim como, amplitude da regionalização da discussão.

Na análise dos quinze artigos compreendemos que em 2010 tivemos quatro publicações ao total das edições, todos voltados para resultados de pesquisas de estado da arte, três que buscaram produção de teses e dissertações; anais dos eventos; produção de artigos em periódicos científicos. O último refere-se ao cargo de gestor e a qualidade do ensino. Diante dessas informações podemos afirmar que os pesquisadores

demonstraram preocupação relacionada à gestão escolar motivando-os a recuperar as discussões já realizadas para proposições de estudos e pesquisas.

Em 2011, foram publicados cinco artigos, cujo foco direcionou para diferentes abordagens sobre a gestão escolar. As pesquisas destacam a formação em gestão, poder local, currículo, coordenação pedagógica e, ainda, um estudo comparativo de modelos de gestão do Brasil e da Argentina. As discussões abordam os sujeitos escolares, o papel dos protagonistas, gestores e pedagogos nas instituições.

Os artigos publicados em 2012 discutem concepções de gestão voltadas para prática da democracia na escola (participação da família comunidade), a organização do trabalho escolar e o perfil do diretor. No ano seguinte, os textos publicados continuam apresentando estudos teórico-práticos discorrendo sobre autonomia das escolas e estilos de coordenação do trabalho escolar.

Diante dos dados coletados e das reflexões realizadas, podemos dizer que as publicações de 2010 situaram os leitores enquanto as abordagens já realizadas acerca da gestão escolar. Já as publicações de 2011, 2012 e 2013 se voltaram para a ação efetiva dos profissionais da educação na escola destacando a sua importância para garantir a democratização da escola na perspectiva da qualidade do ensino.

Essa tendência de estudos pode revelar que ainda falta muito para a realização da gestão democrática na escola pública conquistada legalmente há mais de vinte e cinco anos com a promulgação da Constituição Federal (1988). Como defesa para a realização da gestão democrática na perspectiva de garantia de melhor qualidade de ensino os estudos se voltam para as relações de trabalho na escola e da comunidade. Isso nos parece temeroso, uma vez que pode indicar a transferência de responsabilidade da efetivação de um ensino público de qualidade para a gestão escolar (entendido como todos os que trabalham na escola, família e comunidade) desresponsabilizando a União, estados e municípios.

REFERÊNCIAS

- ABDIN, G. Z. HERNANDES, E. D. K. Concepções de gestão e vivência da prática escolar democrática. **RBPAAE** - V. 28, n. 1, p. 144-162. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/1947> Acesso em: 05/06/2014
- AGUIAR, M. A. da S. Formação em gestão escolar no Brasil nos anos 2000: políticas e práticas. **RBPAAE** - V.27, n.1, p. 67-82. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/1357> Acesso em: 05/06/2014
- ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. Estilos de coordenação pedagógica na rede pública estadual Paulista no período 1960-2010. **RBPAAE** – v. 29, n.3, p. 503-523. 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/2340> Acesso em: 05/06/2014
- ANDREOTTI, Lina Azilde. A administração escolar na era vargas e no nacional-desenvolvimentismo (1930-1964). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.102–123, ago. 2006.
- ARAÚJO, Adilson César de. *Gestão democrática da educação: a posição dos docentes*. PPGE/UnB. Brasília. Dissertação de Mestrado, mimeog., 2000.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
- _____. **Lei de diretrizes e bases (LDB):** Lei nº 9.394/96.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 jul. 2014.
- _____. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Ministério da Educação. vol.5. Nov. 2004.
- CLARK, Uilson Jorge, et al. A administração escolar no período do governo militar (1964-1984). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.124–139, ago. 2006.
- CONCEIÇÃO, S. H. da. PARENTE, J. M. Um estudo multivariado do perfil do diretor das escolas públicas de itabaiana – SE. **RBPAAE** - V. 28, n. 2, p. 479-494. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/1999> Acesso em: 05/06/2014.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=202> Acesso em: 22/11/2014.
- FERNANDES, M. J. da. S. A coordenação pedagógica nas escolas estaduais paulistas: resoluções recentes e atuação cotidiana na gestão e organização escolar. **RBPAAE** - V.27, n.3, p. 453-473. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/2096> Acesso em: 05/06/2014.

FISCHER, S. D. GUIMARÃES, M. do C. L. A construção da gestão autônoma das escolas públicas brasileiras: um estudo nas escolas de EF-SC. **RBPAAE** - V. 29, n. 1, p. 97-115. 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/2213> Acesso em: 05/06/2014.

FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=202> Acesso em: 22/11/2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4ª edição. São Paulo. Atlas. 2002.

GOROSTIAGA, J. M. Participación y gestión escolar en Argentina y Brasil: una comparación de políticas subnacionales. **RBPAAE** - V.27, n.2, p. 249-264. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/1999> Acesso: 05/06/2014.

HAYASHI, M. C. P. I. et al. Um estudo bibliométrico da produção científica sobre educação jesuítica no Brasil colonial. **Biblios: Revista de bibliotecología y ciencias de la información** (Lima-Peru), v. 8, n. 27, p. 1-18, 2007.

BOTLER, Alice Miriam Happ. **Alice Miriam Happ Botler**. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4784848J1>>. Acesso em: 15/06/2014.

LOMBARDI, J. C. A importância da abordagem histórica da gestão educacional. In: ANDREOTTI, A. L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO L. W. **História da Administração escolar no Brasil: do diretor ao gestor**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2010. (p. 15 a 28)

MAIA, G. Z. A. O provimento do cargo de gestor escolar e a qualidade de ensino: Análise de publicações nacionais (1990-2005). **RBPAAE** - V.26, n.3, p. 477-494. 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/1355> Acesso em: 05/06/2014.

MARTINS, A. M. SILVA, V. G. da. Gestão escolar, autonomia escolar e órgãos colegiados: a produção de teses e dissertações (2000-2008). **RBPAAE** - V.26, n.3, p. 421-440. 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/1355> Acesso em: 05/06/2014.

NASCIMENTO, P. X. S do. MARQUES, L. R. As interfaces da participação da família na gestão escolar. **RBPAAE** - V. 28, n.1, p. 68-85. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/1947> Acesso em: 05/06/2014.

OLIVEIRA, C. de. LOPES, V. V. Autonomia, gestão escolar E órgãos colegiados: a produção de artigos em periódicos científicos. **RBPAAE** - V.26, n.3, p. 461-476, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/1355> Acesso em:05/06/2014.

PACHECO, J. A. Currículo e gestão escolar no contexto das políticas educacionais. **RBPAAE** - V.27, n.3, p. 377-389. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaae/issue/view/1587> Acesso em: 05/06/2014.

PARO, V. H. **Administração Escolar: uma introdução crítica**. 11ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação do Brasil (1930/1973)**. 9ªed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1978

SANDER, Benno. Niterói, RJ: ANPAE; Porto Alegre, RS: UFRGS/FACED/PPGEDU, **Série Cadernos ANPAE**, n. 4, 2007. 1 CD-ROM. ISSN 1677-3802. – Disponível em : <http://www.anpae.org.br/website/documentos/estudos/estudos_01.pdf>

SHIROMA, E. O. et al. **Política educacional**. 4º edição. Rio de Janeiro. Lamparina. 1º reimpressão. 2011.

SILVA, A. L. C.; FARIAS, J. & ROTHEN, J. C. **A participação da RBPAAE na construção do discurso da gestão democrática na educação**. III Congresso Ibero-americano de política e administração da educação, ANPAE. Zaragoza, Espanha, 2012.

SILVA, Ana Lúcia Calbaiser da. **Encruzilhadas da organização educacional: Conceito de Administração, de Gestão e de Gerencialíssimo na RBPAAE**. UFSCar, São Carlos – São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/AnaLuciaCalbaiserDaSilva_res_int_GT7.pdf> Acesso em: 17/05/2014

SILVA, L. G. A. da. ALVES, M. F. Gerencialismo na escola pública: Contradições e desafios concernentes à gestão, a autonomia e à organização do trabalho escolar. **RBPAAE** - V. 28, n. 3, p. 665-681. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaae/issue/view/2096> Acesso em: 05/06/2014.

SILVA, Maria Abádia da. Educadores e educandos: tempos históricos. Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, Brasília, 2005. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/profuncionario/02educadores_ducando.pdf Acesso em: 24/11/2014.

SOUZA, D. B. de. Anais dos eventos da Anped e da Anpae (2000-2008) e o estado da temática gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados. **RBPAAE** - V.26, n.3, p. 441-459. 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaae/issue/view/1355> Acesso em: 05/06/2014.

VIEIRA, S. L. Poder local e educação no Brasil: Dimensões e tensões. **RBPAAE** - V.27, n.1, p. 123-133. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaae/issue/view/1357> Acesso em: 05/06/2014.

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação básica: revisando conceitos simples.
Revista Brasileira de política e administração da educação, v.23, n.1, p.53-69,
jan/abr., 2007.